

O QUE VEJO NO ESPELHO? Ensino de História, Memória e Identidade em uma Comunidade Remanescente Quilombola

Thaís dos Santos Vinhas¹
Núbia Santos Américo de Jesus²

RESUMO:

O presente trabalho apresenta algumas considerações iniciais sobre um projeto pedagógico que encontra-se em andamento, o qual tem como objetivo analisar possibilidades de contribuições do ensino de História para o processo de afirmação identitária afrobrasileira de alunos de uma comunidade remanescente quilombola. O estudo teve como fundamento a pesquisa colaborativa, envolvendo professora e alunas de um curso de Licenciatura em História, visando realizar uma reflexão conjunta acerca da História pensada e ensinada, ressignificando práticas no processo formativo de professores da área e no ensino da disciplina no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Identidade; Afrodescendência;

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

“*A África tem uma história*”. O significado dessa constatação aparentemente simples, proferida pelo historiador africano Joseph Ki-Zerbo (2010, p.31)³ em seu texto de abertura da coleção História Geral da África, deixa entrever uma profundidade simbólica referente a um movimento contemporâneo que visa ressignificar a construção discursiva, posteriormente historiográfica, sobre os africanos como povos *ahistóricos*⁴. Considerando que a produção da historiografia é resultado de uma conjuntura específica, entender essa elaboração sobre os povos da África- principalmente os da região subsaariana- em uma dimensão de inferioridade, requer a compreensão de um tempo histórico de dominação, exploração e colonização do continente, quando esse representou um território propício para nutrir os mercados europeus de mão-de-obra escrava.

Para corroborar essa concepção, tornou-se necessário elaborar estratégias de justificação dessa inferioridade e da escravização, baseadas inicialmente em um discurso ideológico religioso, seguida de fundamentos biológicos e científicos que ratificavam a perspectiva de que essa parte do continente era constituída por sujeitos incapazes de conduzirem, racionalmente, o seu processo histórico, por viverem ainda em estado de

“barbárie e selvageria”. Daí a idéia do “*país criança, envolvido na escuridão da noite, alguém da luz da história consciente,*”⁵ profundamente difundida entre os séculos XVI e XIX.

Os reflexos desse pensamento incidiram diretamente sobre a construção discursiva da história do Brasil e a percepção estigmatizada sobre os africanos escravizados no processo de formação da sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos. A partir da segunda metade do século XIX, o sistema educativo nacional foi um dos veículos de ratificação dessa imagem inferiorizada do africano. Retratados sempre na condição de escravo e presentes na narrativa historiográfica do país apenas como apêndice do sistema econômico escravista, aos povos da África que vieram para o Brasil foi reservado um papel secundário na construção nacional. Os livros didáticos de História foram instrumentos imprescindíveis nessa difusão imagética. ((BITTENCOURT, 1998)⁶

Esse processo, aliado a múltiplos fatores de ordem econômica e social, resultou no que podemos considerar hoje em desvantagens historicamente acumuladas pelos africanos em sua trajetória no território brasileiro ao longo de mais de cinco séculos. Posteriormente, sob os resquícios da escravidão, os afrodescendentes vivenciaram processos contínuos de segregação, estigmatização, inferiorização e negatização de sua raiz histórica, cultural e identitária, tendo como substrato a idéia naturalizada sobre o sistema escravista como uma necessidade desenvolvimentista nacional, e dos povos africanos como os mais suscetíveis a ingressarem nesse sistema na condição de escravo, por entender que o processo histórico da África possibilitava e justificava a empreitada do comércio escravo no atlântico.

Nesse sentido, refletir sobre a presença africana no país e suas contribuições na constituição da sociedade brasileira para além da escravidão, foi resultado de lutas empreendidas a partir da segunda metade do século XX por afrodescendentes para garantirem o direito à sua história, memória e identidade, e inclusive reparação histórica sobre a segregação imputada a esse grupo durante longos séculos. Os resultados das conquistas das últimas cinco décadas podem ser evidenciados através de diferentes instrumentos legais de garantia dos cidadãos afrobrasileiros a direitos básicos como o da educação, perpassando pelo livre exercício de suas crenças e manifestações culturais, dentre tantos outros direitos que lhes foram negados em sua trajetória histórica no Brasil.

Entretanto, ainda não podemos afirmar que hoje esse grupo tem a garantia efetiva de todos os seus direitos, visto que o processo de segregação e discriminação foi consolidado em diferentes esferas sociais, desde a ideológica, econômica, cultural, educacional, jurídica, enfim, dimensões solidificadas na percepção inicialmente discutida sobre a possível

“inferioridade” africana diante de outros grupos culturais, fenômeno que deixou cicatrizes ainda perceptíveis no país no limiar do século XXI, impactando inclusive no autorreconhecimento de cidadãos afrodescendentes em relação à sua identidade étnica e cultural.

Diante do exposto, esse projeto foi tecido à luz de uma inquietação de uma aluna-professora em formação no curso de Licenciatura em História do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, que sendo membro de uma comunidade remanescente quilombola e atuando como professora de História na escola local, percebeu algumas resistências e tentativa de negação dessa remanescente por parte de alunos membros da comunidade. Ao apresentar suas inquietações à professora que acompanhava seu processo formativo na disciplina Estágio Supervisionado, decidiram conjuntamente elaborar um projeto que possibilitasse o conhecimento, por parte dos alunos, do contexto em que se encontram inseridos, visando perceber nas características históricas territoriais e culturais da comunidade elementos organizacionais, sociais e étnicos de matriz africana.

Para a realização desse trabalho, foi elaborado um projeto pedagógico intitulado ***“VIVER E SENTIR, APRENDER E REFLETIR: história, memória e identidade de uma comunidade remanescente quilombola”***, que tem como objetivo analisar possibilidades de contribuições do ensino de História para o processo de *re*-conhecimento e afirmação identitária afrobrasileira de alunos da comunidade remanescente quilombola Vila Juazeiro, considerando que a ampla difusão de imagens de africanos correlacionadas apenas ao fenômeno da escravidão, pode ter incidido em um processo gradual de negatização da negritude e afrodescendência no Brasil. O projeto encontra-se em andamento e hoje conta ainda com a participação voluntária de alunas do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia, UNEB – Campus X, local onde os referidos cursos acontecem.

COMUNIDADE VILA JUAZEIRO: REVIVENDO MEMÓRIAS, TECENDO HISTÓRIAS

Vila Juazeiro está localizada no município de Ibirapuã, extremo sul da Bahia, a 36 quilômetros da sede municipal e 9 quilômetros da BR 101, umas das principais rodovias brasileiras. No ano de 2009, a comunidade foi reconhecida como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Esse processo de reconhecimento

se deu, inicialmente, a partir de uma percepção exógena de sujeitos que conheciam a localidade e identificavam nela algumas características diferenciadas, como o fato de todos os membros possuírem laços de consanguinidade, tendo como tronco comum duas famílias que deram origem à vila, além de características afrodescendente perceptíveis, principalmente, nos traços fisionômicos das pessoas pertencentes à comunidade.

Diante de tais constatações, por volta do ano de 2008 a comunidade começou a organizar reuniões para discutir questões referentes à origem da localidade, considerando que as evidências identificadas no âmbito externo começaram a inquietar várias pessoas da vila. A partir daí, diversas ações foram empreendidas no sentido de organizar de forma sistematizada a história do local. O primeiro caminho trilhado foi a busca pelas memórias, individuais e coletivas, dos sujeitos que viviam no território.

Houve uma mobilização junto às pessoas mais antigas residentes na comunidade para a coleta de depoimentos orais sobre a constituição do espaço sociocultural. Dessas memórias, várias lembranças foram surgindo, tecendo um possível panorama histórico da Vila Juazeiro.

Evidências da existência de uma ancestralidade afrobrasileira surgiram no decorrer do processo, como a descendência direta de um africano escravizado, identificada através da árvore genealógica de um morador de noventa e oito anos, a localização geográfica da vila – construída às margens de um córrego, em um lugar de difícil acesso e isolado do perímetro urbano - característica comum aos quilombos organizados por africanos escravizados no Brasil (MOURA, 1981)⁷, religiosidade da maior parte do grupo relacionada com cultos de matriz africana, organização econômica exclusivamente agrícola e voltada para subsistência, população excepcionalmente formada por sujeitos negros e descendentes de apenas dois grupos familiares, correspondendo, atualmente a um total de noventa famílias. Revirando o baú das memórias, a comunidade trouxe a tona diversas evidências da existência de uma origem afrodescendente dos moradores da vila.

Os resultados desse trabalho foram organizados em forma de dossiê pelos moradores juntamente com representantes do governo municipal, e encaminhados para a Fundação Palmares iniciar o processo de reconhecimento de Vila Juazeiro como uma comunidade remanescente quilombola. Os desdobramentos do reconhecimento oficializado no ano de 2009 começaram a impactar de forma direta sobre a localidade. A primeira questão diz respeito à posse do território, prerrogativa garantida pela Constituição Federal de 1988, quando define em seu artigo 68 que *"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que*

estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Esse processo encontra-se em andamento.

Entretanto, o maior desafio a ser enfrentado na atualidade pela comunidade é a ressignificação da história, memória e identidade do grupo, uma vez que compreendendo que a manutenção da cultura é um processo endocultural, representado pelo acúmulo de aprendizado adquirido e transmitido na vivência coletiva, em relação a Vila Juazeiro em um determinado momento o elo relacionado a uma matriz africana foi fragilizado, devido a condições históricas de estruturação da comunidade, que se percebendo como descendente de africanos “fugidos” da escravidão, criou, durante longo tempo, mecanismos de silenciamento dessa identidade como estratégia de proteção.

Na atualidade, o movimento coletivo para reconhecimento do grupo como remanescente quilombola tem possibilitado um reencontro de diferentes sujeitos da localidade com a sua história, memória e identidade cultural, possibilitando um processo de identificação e autodefinição como descendentes de africanos escravizados no Brasil. Entretanto, pode-se afirmar que esse mecanismo atingiu apenas uma parcela da população local. Nesse processo de retorno a sua raiz histórica e cultural, parte da comunidade tem depreendido um grande esforço para valorização e reconhecimento endógeno de Vila Juazeiro como comunidade remanescente quilombola. O caminho encontrado foi a educação.

ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Ao reconhecer as diferentes formas de difusão de valores negativos referentes a determinadas organizações socioculturais por conta de um movimento externo que gerou forte impacto interno- nesse estudo específico a construção inferiorizada do africano e de tudo que lhe diz respeito, torna-se necessário que os grupos culturais pertencentes a essa configuração étnica ou dela derivado, elabore estratégias de valorização de sua cultura em suas múltiplas formas de expressão.

Um das estratégias mais viáveis para esse processo é o conhecimento. Nesse sentido, Ulpiano Meneses (1999)⁸ trabalha na perspectiva de que o elo de ligação entre comunidade e sua história e cultura se dá através da ação de *re*-conhecimento, ou seja, a partir do conhecimento de sua trajetória histórica e cultural, passa-se a reconhecer nas atuais

características comunitárias elementos constitutivos desse percurso, portanto, referência da memória e identidade do local.

Sendo a História uma disciplina que trabalha essencialmente com a dimensão temporal do homem, necessário se fez que a percepção da comunidade de Vila Juazeiro começasse o seu processo de *re*-conhecimento através do conhecimento sobre a constituição histórica da comunidade. Assim, o projeto definiu conteúdos históricos significativos para a compreensão de surgimento da vila e de seu reconhecimento atual como sendo uma localidade remanescente quilombola, com o objetivo de:

“Fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica; para que pratique um exercício de reflexão, que o encaminhará para outras reflexões, de natureza semelhante, em sua vida e não necessariamente só na escola; pois a história produz um conhecimento que nenhuma outra disciplina produz – e ele nos parece fundamental para a vida do homem, indivíduo eminentemente histórico” (CABRINI et all, 2004, p. 23)⁹

Na etapa de planejamento, os conteúdos selecionados estiveram centrados nas discussões conceituais sobre a História enquanto área do conhecimento e disciplina escolar, evidenciando seus objetivos e importância a partir de conceitos norteadores como sujeito histórico, tempo, espaço, trabalho, cidadania, memória, cultura e identidade; Percepção sobre a presença africana na História do Brasil; Quilombo: conceito e concepção de Quilombo na África e sua ressignificação no Brasil como estratégia de resistência ao sistema escravista; Comunidades remanescentes quilombolas: história local, memória e identidade; Negritude e Afrodescendência na contemporaneidade: o que vejo no espelho e além dele.

As etapas de realização das ações do projeto são discutidas semanalmente a partir de um planejamento pedagógico colaborativo, que define os recursos didáticos a serem utilizados, as atividades a serem realizadas e os objetivos de cada uma dessas atividades. No planejamento ficou ainda definido que o estudo de cada conteúdo começaria a partir da identificação do conhecimento prévio do aluno acerca de cada tema trabalhado. A experiência pedagógica teve início na turma do 8º ano do Ensino Fundamental II na Escola Municipal Maurina Oliveira Nascimento, localizada na Vila Juazeiro. A escolha da turma foi definida pela professora-aluna, co-autora nesse trabalho, por ser uma turma em que a mesma atua como docente da disciplina História..

No primeiro encontro, a aula teve início com as professoras indagando aos alunos sobre o que era História e se tinham afinidade com a disciplina, com a finalidade de perceber

o conhecimento prévio dos discentes sobre a área em que o projeto seria desenvolvido. Dos doze alunos presentes, nenhum se manifestou de forma positiva em relação a esse componente curricular, e os que expuseram sua percepção acerca da disciplina, a definiram como a matéria que estuda o passado. No processo de ressignificação da concepção de História na aula expositiva, o fundamento conceitual esteve pautado em Marc Bloch (2001)¹⁰, que define a História como área do conhecimento que estuda a caminhada do homem no tempo e no espaço, tentando superar uma visão comumente difundida de que essa disciplina estuda o acúmulo dos acontecimentos localizados apenas no tempo pretérito.

Em seguida foi realizada uma dinâmica de apresentação dos alunos, tentando identificá-los inicialmente como sujeitos individuais, articulando, posteriormente esse sujeito ao grupo social em que se encontra inserido. Essa articulação foi feita através de exposição oral, utilizando-se de conceitos norteadores para o aprendizado em história, como o conceito de sujeito histórico, tempo, espaço e memória. Ao discutir a temática tempo/espaço, as professoras indagaram aos alunos sobre aspectos históricos da comunidade em que se encontravam inseridos. A tentativa era perceber se eles identificavam essa comunidade como sendo remanescente quilombola e a representatividade dessa identificação para os discentes da turma. Apenas dois alunos evidenciaram ter conhecimento da constituição da comunidade como remanescente quilombola. Os demais alunos silenciaram sobre a questão. Ao serem questionados pelas professoras se sabiam dessa informação, seis discentes disseram que sim, mas que não gostavam de serem reconhecidos dessa forma. Esse aspecto revelou na prática o que a teoria no campo da relação história e identidade tem evidenciado acerca do processo de negação de uma memória afrodescendente, devido a uma ampla difusão de imagens e percepção desses sujeitos correlacionadas apenas ao fenômeno da escravidão. (MUNANGA,2004¹¹; CUNHA JR., 2002¹²)

Essa constatação pode ser percebida nas falas dos alunos, quando disseram que havia preconceitos e discriminação sobre a ideia de ser quilombola. Ao serem questionados sobre que forma de preconceito eles percebiam, a grande maioria relatou que esse preconceito estava relacionados à diferenciação entre negros e brancos, sendo os primeiros vistos como inferiores. Indagados sobre essa diferença em uma perspectiva de inferioridade e superioridade, os alunos disseram que ela existia porque o negro tinha sido escravo.

Para finalizar a aula, foi realizada uma dinâmica intitulada “**O que vejo no espelho?**”. Um espelho foi colocado em um canto da sala e cada aluno foi orientado a se olhar e escrever sobre o que viu. O objetivo dessa atividade era que ela fosse um ponto de partida para a

percepção de si enquanto sujeito individual, para em seguida essa percepção ser trabalhada em sua relação com o sujeito coletivo, uma vez que as características fisionômicas da comunidade evidenciam traços de sua afrodescendência que são comuns a todos os membros. Vale ressaltar que essa atividade ultrapassa uma visão simplista de reconhecer a afrodescendência apenas nos aspectos físicos dos sujeitos, mas teve um intento de proporcionar um processo de descoberta de si enquanto sujeito histórico, temporal e localmente situado em uma comunidade remanescente quilombola, e que carrega as marcas desse grupo social perceptíveis tanto em aspectos biológicos, como nos étnicos e culturais.

Na avaliação dos textos elaborados pelos alunos, em um total de doze, apenas dois citaram características afrodescendentes na sua imagem. Como atividade extra-classe, os alunos foram orientados a realizarem uma pesquisa de descoberta. Assim, foi lançado um desafio aos alunos para que realizassem uma investigação acerca da História da comunidade que deveria ser apresentada na aula seguinte. O objetivo dessa atividade é que os alunos atuem de forma direta na aquisição de conhecimento acerca da História, a partir das informações obtidas sobre a história do local.

Na segundo encontro foram apresentados os resultados iniciais da pesquisa realizada pelos alunos, que trouxeram informações adquiridas com seus familiares e alguns membros da comunidade. Um dos dados mais interessantes da descoberta foi o fato de que há tempos atrás os habitantes da localidade, quando percebiam que pessoas desconhecidas chegavam à comunidade, escondiam-se em cima das árvores para não serem vistos¹³. Os alunos não souberam explicar o motivo dessa atitude de seus antepassados, mas essa questão será retomada pelas professoras em momento posterior, quando será abordado o tema sobre o quilombamento no Brasil. As atividades de descoberta serão realizadas pelos alunos até o final do projeto, sendo que uma vez por mês eles devem apresentar em sala de aula os resultados das pesquisas realizadas com a comunidade.

O terceiro encontro teve início com um diagnóstico acerca da percepção dos alunos sobre a presença africana na História do Brasil. Após as considerações iniciais, foi solicitado aos alunos que expressassem, através de texto e desenhos, os conhecimentos que tinham sobre o africano em sua trajetória histórica no país. Na análise dos textos elaborados pela turma, pode-se evidenciar a presença recorrente de palavras como escravidão, preconceito e discriminação. As evidências diagnosticadas através dessa atividade deixam entrever questões discutidas na etapa inicial desse texto sobre a profusão imagética e ideológica do africano em uma perspectiva de inferioridade em relação a outros grupos culturais, fator que pode ser

sentido e percebido ainda hoje por parte significativa de seus descendentes na imagem que têm de si, tendo como referência a imagem que outros sujeitos, durante longos séculos de história, construíram sobre eles. Nesse sentido, as estratégias educativas propostas nesse projeto visam contribuir para lançar novos olhares sobre a história dos africanos e seus descendentes no Brasil, constituindo-se o ponto de identificação entre sujeito, sociedade e lugar.

PARA FINALIZAR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

. Vivenciar experiências pedagógicas que estimulem a reflexão, problematização e desconstrução de saberes amplamente difundidos e solidificados no âmbito social, através de um projeto colaborativo, ganha um sentido mais profundo quando essa experiência emerge do interior de grupos sociais como uma necessidade para melhor entender o seu processo de construção territorial e comunitária, uma vez que sua trajetória histórica é marcada pela disseminação de idéias pautadas na inferioridade étnica e cultural.

Esse projeto trilha por esse caminho, no intuito de refletir sobre a constituição de Vila Juazeiro através do conhecimento histórico, entendendo sua origem como demonstração de resistência sócio-política e cultural através do quilombamento. Daí a importância de compreender, pelo viés da história, a sua remanescência quilombola. Esse fator torna-se imprescindível para o processo de ressignificação da história e identidade dos membros da comunidade, compreendendo que as identidades são dinâmicas e se constroem a partir do momento em que os fragmentos do passado são revestidos por um valor simbólico que dá significado e estabelece laços entre os indivíduos e o seu grupo social.

Para finalizar, retomamos a proposição defendida por Joseph Ki-Zerbo (2010) ao afirmar que reconstruir o discurso histórico e o conhecimento sobre a História da África, seus povos e descendentes não se trata de elaborar uma história revanche, mas empreender um movimento necessário que deve envolver um processo consciente de lançar novos olhares sobre a produção historiográfica, na tentativa de encontrar outras vozes, outros sujeitos, outras possibilidades interpretativas sobre um conhecimento histórico que foi durante longo tempo elaborado em uma perspectiva unilateral, hegemônica e eurocêntrica.

NOTAS:

¹ Professora Mestre do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – Campus X, Teixeira de Freitas, lecionou a disciplina Fundamentos da Prática Pedagógica IV e Estágio

Supervisionado I no curso de Licenciatura em História do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR onde o projeto foi desenvolvido. Endereço eletrônico: taivinhas@yahoo.com.br

² Aluna-professora do curso de Licenciatura em História do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Atua como professora de História na Escola Municipal Maurina Oliveira Nascimento, localizada na comunidade remanescente quilombola Vila Juazeiro-Município de Ibirapuã/BA. Endereço eletrônico: nubiajuazeiro@hotmail.com

³ KI-ZERBO, Joseph. (Org.). *História Geral da África: metodologia e pré-História da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

⁴ Para maior aprofundamento sobre a questão, ler Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

⁵ HEGEL, George F. Apud HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 20.

⁶ BITENCOURT, Cirne (org) *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

⁷ MOURA, Clóvis, *Os quilombos no Brasil e a Rebelião Negra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁸ MENESES, Ulpiano. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. de C. A. da. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec, 1999.

⁹ CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice; VIERIA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário; BORGES, Vavy Pacheco. **O Ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 2004

¹⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹¹ MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, 2004.

¹² CUNHA JR., Henrique. *África-Brasil no Pensamento Escolar*. Kàwé Pesquisa: Revista Anual do Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. Vol.1, n.1 (jan.-dez. 2002). Ilhéus-BA: Editus, 2002. p.13-35.

¹³ Várias narrativas mnemônicas de pessoas da comunidade evidenciam o temor existente na vila durante muito tempo de que o local fosse conhecido, chegando ao ponto de se tornar comuns ações coletivas de camuflagem dos moradores diante da chegada de pessoas estranhas à localidade, como se esconder em cima das árvores para não serem vistos.